

ABSURDA DESIGUALDADE

Atahualpa Fernandez¹

Fecha de publicación: 24/04/2017

“Todos somos la obra de la naturaleza y de la historia, no sus víctimas pasivas. Todos podemos hacer un esfuerzo para darle la vuelta a la desventura, verla como una injusticia y actuar en consecuencia”.

Judith Shklar

Em alguma medida, lugar ou ocasião, um que outro professor de ética (de filosofia jurídica, moral e/ou política) seguramente já se encontrou assediado, confuso ou atormentado pelas inquietudes de estar ensinando algo que tem pouco a ver com o mundo real. A desafortunada e por vezes necessária distinção entre *ser* e *dever ser* leva, com frequência, a este particular tipo de ceticismo. Como exemplo de um tema capaz de provocar essa sensação com certa contundência incômoda está o problema da

¹ Miembro del Ministerio Público da União/MPU/MPT/Brasil (Fiscal/Public Prosecutor); Doctor (Ph.D) Filosofía Jurídica, Moral y Política/ Universidad de Barcelona/España; Postdoctorado (Postdoctoral research) Teoría Social, Ética y Economía/ Universitat Pompeu Fabra/Barcelona/España; Mestre (LL.M.) Ciencias Jurídico-civilísticas/Universidade de Coimbra/Portugal; Postdoctorado (Postdoctoral research)/Center for Evolutionary Psychology da University of California/Santa Barbara/USA; Postdoctorado (Postdoctoral research)/ Faculty of Law/CAU- Christian-Albrechts-Universität zu Kiel/Schleswig-Holstein/Deutschland; Postdoctorado (Postdoctoral research) Neurociencia Cognitiva/ Universitat de les Illes Balears-UIB/España; Especialista Derecho Público/UFPa./Brasil; Profesor Colaborador Honorífico (Associate Professor) e Investigador da Universitat de les Illes Balears, Cognición y Evolución Humana / Laboratório de Sistemática Humana/ Evocog. Grupo de Cognición y Evolución humana/Unidad Asociada al IFISC (CSIC-UIB) /Instituto de Física Interdisciplinar y Sistemas Complejos/UIB/España.
atahualpaf@yahoo.es

«desigualdade», cujo estudo, com distintos significados e matizes, sempre está rodeado de polêmica e ambiguidade.

No geral, já faz algum tempo que compartilmos uma ideia bastante limitada do que é a desigualdade, quero dizer, que utilizamos o termo «desigualdade» como ponto de partida para professar elegantes teorias e sofisticadas opiniões sobre como edificar uma sociedade mais próspera e livre e ao mesmo tempo mais solidária e igualitária. O inconveniente desta forma como tratamos a desigualdade é o de que, na maioria das vezes, leva-nos a olvidar de acentuar a evidência de seu acelerado crescimento, de expor suas causas reais, de ponderar suas consequências, de repudiar o inaceitável e, mais ainda, de refutar categoricamente as falsas e falaciosas justificações ideológicas oferecidas pelos habituais peritos em legitimação. Como uma espécie de seres guiados pela mão invisível de Lúcifer, concomitantemente nos esforçamos por ignorar e/ou dissimular deliberadamente o fato de que já faz algum tempo que em questão de desigualdade se rebaixou o nível do social, do ético e do esteticamente tolerável: nunca na história da humanidade houve tão poucos ricos e nem tantos pobres tão pobres.

Dá a impressão de que a ética que ensinamos é um triste relato de ideais maravilhosos que ninguém cumpre, porque as deslumbrantes teorias e os discursos de tipo «Miss Universo» («moral universal», «dignidade humana», «ética do cuidado», «igualdade plena», «justiça global» e um longo etcétera) que tomamos *à tort et à travers* como referência estão assentados sobre circunstâncias completamente fora da humanidade ou em “verdades” independentes que vibram em uma dimensão à parte do “mundo da vida” cotidiana – melhor dito, não estão em relação direta com o que em nosso dia a dia experimentamos. Parece que nos custa demasiado assimilar que as teorias são nada mais que isso, «teorias», hipóteses em sua grande maioria elaboradas por alguém “reflexionando sobre algo desde el sillón de su despacho”. (J. Knobe)

Não deixa de ser perturbador perceber que o mundo lúdico e por vezes embusteiro que se constrói (e se contruiu) *ad nauseam* entorno da desigualdade, dividido em uma constelação de ideias contraditórias e diferentes crenças entre castas acadêmicas opostas, já não pareça sequer estranho. Com nossa natural disposição a deixar-nos convencer, aceitamos tão complacentemente as incoerentes versões da “verdade” e da “realidade” que nos exibem que já não sabemos se as coisas funcionam de um modo determinado devido a que existe uma teoria ou se a teoria é formulada porque as coisas funcionam de um determinado modo.

A opinião mais estrambótica ou qualquer laboriosa insensatez minimamente coerente parece estar colmada de justificativa e/ou que se trata de algo admirável. O negativo de tudo isso é que com a perda do sentido do estranho deixamos de perceber que as ideias estúpidas não somente têm consequências estúpidas, senão desagradáveis e, de quando em quando, terríveis. E não creio que exagero se digo que: i) vivemos uma autêntica pandemia de teorias sobre a desigualdade que tentam “atar todos los cabos y cuadrar el círculo”; ii) a maioria das teorias, como a moda, são cosméticas, episódicos pactos de significado compartilhados sujeitos à revisão constante.

Claro que é fácil e barato (divertido, inclusive) jogar com essas especulações, mas eu recomendo cautela, porque ter uma percepção e compreensão acertada da realidade não é tão fácil como nos indica nosso sentido comum. Aos filósofos, economistas e juristas de plantão lhes encanta oferecer seus serviços e fazer prestos diagnósticos sem que ninguém lhes peça. Nada obstante, como a gente culta compreende, não só uma teoria errônea não é exatamente o mesmo que uma teoria limitada (de fato, todas as teorias são limitadas, já que qualquer modelo que desenvolvemos são apenas aproximações seletivas da realidade), senão que qualquer teoria ou argumento em contra da realidade é incompatível com o fato de que todos somos capazes de reconhecer as desigualdades, sobretudo em suas formas mais manifestas e mais ainda se nos afetam em primeira pessoa.

«Não é justo!» ou «É injusto!» são expressões que todos empregamos alguma vez, ainda que entendamos mal as coisas mil vezes. Por quê? Porque todos temos essa experiência mais mundana da desigualdade, essa percepção de que não é uma mera ideia, algo que seja cabalmente sugerido na linguagem natural com a expressão «o sentido da justiça». A desigualdade existe como existe a coragem, a dor, o medo e o sofrimento. Podemos queixar-nos ante Deus (que tudo vê e tudo sabe) por haver criado um mundo tão desigual (e eu, francamente, vejo isto como mais um dos firmes motivos para negar a existência de Deus), mas, lamentavelmente, as desigualdades não são invenções que (somente) existem na fértil imaginação dos *sapiens*. A realidade, para o bem ou para o mal, nos vem dada, ainda que a interpretemos a nossa maneira.

Em todo caso, como ocorre em muitas situações cruciais, parece haver muito pouca afeição a reflexionar sobre a desigualdade quando dita reflexão implica algo mais que o meneio de tópicos frívolos e

descaradamente banais². Tampouco existe um entusiasmo notável para tratar de grandes questões do presente, porque resulta mais fácil dedicar-se apenas a exercer de forenses das ideias de outros autores, à prosaica e sossegada tarefa de glosar, explicar e traduzir repetidamente textos, discursos e teorias normativamente «corretas» em que os anelos de unanimidade acadêmica (e/ou de lealdade disciplinar) superam toda motivação para apreciar com realismo maneiras de pensar e atuar alternativas. Sobretudo, há os que fogem como da peste de toda inquietude teórica que pressuponha o conhecimento um pouco minucioso de qualquer coisa que ocorra mais além do jogo mental de ideias, das especulações e generalizações. Me refiro à nossa tendência a fazer filosofia não como um instrumento ao serviço da vida dos seres humanos (Epicuro), senão do dito por alguém importante (“la clave es la autoridad, y no la realidad”).

O verdadeiro perigo surge quando, ao centrar-nos em nosso próprio mundo subjetivo – na pequena fração de todos os mundos perceptíveis ou na insignificante parte da realidade objetiva que somos capazes de detectar e conhecer (*Umwelt*³) –, ao não frenar a própria suspensão da

² De qualquer maneira, quiçá a situação esteja cambiando rápido. Desde há mais de uma década o desafio da desigualdade crescente poderia ser considerado um problema real que causa uma genuína sinergia interdisciplinar, e está forçando às ciências sociais a reexaminar suas lealdades disciplinares. O significado deste “paradigma da desigualdade” (interdisciplinar) pode ser visto mais diretamente através do surpreendente atrativo dos trabalhos realizados sobre a questão da desigualdade desde diferentes disciplinas das ciências sociais. Uma rápida mirada pelas figuras mais destacadas incluiria a obra de economistas como Tony Atkinson, Joseph Stiglitz e Thomas Picketty; de sociólogos como Beverly Skeggs, John Goldthorpe e David Grusky; de juristas como Kimberlé Crenshaw e Nicola Lacey; de epidemiologistas como Michael Marmot, Richard Wilkinson e Kate Pickett; de filósofos e cientistas políticos como Robert Putnam, Kathleen Thelen, Catherine Boone e Paul Pierson; de geógrafos como Danny Dorling, e de investigadores em políticas sociais como John Hills. A lista está muito distante de ser exaustiva. Normalmente o trabalho destes cientistas sociais atrai mais atenção que o de seus colegas em outros campos, e arrastra sua influência através de outras ciências sociais. Um dos aspectos mais chamativos destes «preeminentes trabajos es que sus autores critican sus propias disciplinas como una manera de enfatizar la gran importancia que tiene poner en el primer plano los estudios sobre las desigualdades. La crítica de Picketty a los economistas no se muerde la lengua: “Por decirlo sin rodeos, la disciplina de la economía debe sobreponerse a su pasión infantil por las matemáticas, la teoría pura y a menudo la especulación extremadamente ideológica, a expensas de la investigación histórica y la colaboración con otras ciencias sociales”» (M. Savage). Em resumo: o desejo de combater as desigualdades, especialmente as que dividem o mundo em ricos e pobres, não é somente uma questão moral; também é um fenômeno plenamente social, marcado por um entorno concreto.

³ Para que nos entendamos: No filme titulado *O show de Truman*, o protagonista, que é o próprio Truman, vive em um mundo que um ousado produtor de televisão construiu completamente ao seu redor. Em um determinado momento do filme, um jornalista pergunta ao produtor: “Como é que Truman nunca chegou a suspeitar sequer qual era a

incredulidade ou a credulidade tonta que provocam as especulações não baseadas em provas ou critérios objetivos e/ou ao fixar-nos nos aspectos meramente teóricos ou metafísicos do problema ao que nos enfrentamos, deixamos de perceber que a extrema desigualdade, de mãos dada com a verborrêia meritocrática (cujos valores não somente não se satisfazem, senão que de fato reproduzem mecanismos que permitem aos mais afortunados assegurar e reproduzir seus privilégios)⁴, está fazendo desse nosso mundo um lugar instável, reprovável, deprimente e feio.

Guiados por uma mente hipercrédula, por nossas cômodas convicções e seguros de ter mais razão que um santo⁵, não nos damos conta do (quase) impossível que resulta evitar cair em um abstracionismo extremo, atroz e demasiado remoto quando permitimos corromper-nos pela mais perversa e fatídica das ideias: a de que «todo mundo é igual», outra das engenhosas representações mistificadoras do credo baseado na dignidade original e sagrada da humanidade, no valor e direitos únicos dos seres humanos e que determina o significado de tudo o que ocorre no universo – parafraseando a Daniel Defoe, um animal que pode pôr-se de joelhos ante alguma «imagem», chamar-lhe seu Deus e com os olhos cerrados buscar uma resposta, é capaz de crer praticamente qualquer coisa com tal de que se deem as circunstâncias adequadas.⁶

verdadeira natureza do mundo em que vivia?”. Ao que o produtor responde: “Porque tendemos a aceitar a realidade do mundo que se apresenta a nossos olhos”. Quer dizer: aceitamos nosso próprio *Umwelt* (nosso «mundo circundante», a realidade tal e como se nos aparece, e que dita o que necessitamos saber) e não nos fazemos mais perguntas.

⁴ Nota bene: alguns argumentos deste trabalho acerca da desigualdade figuram no artigo “Meritocracia e desigualdade”, de Atahualpa Fernandez e Athus Fernandez: https://www.researchgate.net/publication/271209358_MERITOCRACIA_E_DESIGUALDADE (aqui com ligeiras modificações).

⁵ A isto se soma que todos, em maior ou menor medida, estamos lastrados pelo chamado efeito do Lago Wobegon, como explica Kathryn Schulz: “Muchísimos vamos por la vida dando por supuesto que en lo esencial tenemos razón, siempre y acerca de todo: de nuestras convicciones políticas e intelectuales, de nuestras creencias religiosas y morales, de nuestra valoración de los demás, de nuestros recuerdos, de nuestra manera de entender lo que pasa. Si nos paramos a pensarlo, cualquiera diría que nuestra situación habitual es la de dar por sentado de manera inconsciente que estamos muy cerca de la omnisciencia.”

⁶ Não há que descartar a possibilidade de que quando uma pergunta (sobre a desigualdade, por exemplo) segue sem ter resposta, apesar dos esforços dedicados a encontrá-la, pode ser devido, simplesmente, a que pergunta esteja mal formulada. Também cabe a possibilidade de que o debate sobre desigualdade e igualdade seja mais bem uma questão de terminologia ou se reduza a uma questão de escala e de definições. O único realmente lamentável é que o problema da desigualdade/igualdade siga sendo analisado por um largo desfile de teorias que com o tempo foram ou se vão revelando como passageiras e caindo sucessivamente no olvido, dada suas inutilidades para explicar a realidade. O que, dito seja incidentalmente e

O curioso é que não há nenhuma justificação minimamente honrada e decente para a defesa do que para simplificar poderíamos chamar «igualdade total»; mais bem, se trata de uma espécie de cinismo despiadado que se impõe por encima do nível moral que reservamos a nossos congêneres verdadeiramente humanos. E não é isto tudo. O tremendo e especialmente irritante é que essa demagógica deformação da ideia de igualdade (somada à ignorância sem paliativos das causas reais e das consequências materiais da desigualdade) é intrinsecamente má e irracional ao menos pelas seguintes razões de «consequência».

Primeiro, porque torna extremamente vulneráveis, passivos e conformados, em grau diverso, a amplíssimas capas subalternas da sociedade. E com a vulnerabilidade vem a dependência, com a dependência a falta de liberdade e com a falta de liberdade, em grau diverso, a condição servil, o sofrimento⁷, a perda da autoestima e do autorrespeito⁸. Segundo, porque põe em mãos de uns poucos poderes e recursos desmedidos que podem direcionar, condicionar e facilitar seus interesses privilegiados, socavando assim toda esperança de democracia

de passagem, resulta muito menos elegante (e desde logo mais difícil de justificar) na única espécie de primata que presume de cordura e conhecimento, chegando com toda humildade a chamar-se a si mesma como *sapiens* (quer dizer, nada menos que *sábios*).

⁷ Alguns interessantes estudos (de Richard Wilkinson, por exemplo) mostram que as grandes desigualdades sociais produzem muito sofrimento humano e um aumento da delinquência e os crimes. Para Wilkinson, coautor de *The Spirit Level: Why More Equal Societies Almost Always Do Better*, a ideia de que a desigualdade é má para a sociedade (para a sociedade em seu conjunto, não só para os particularmente desfavorecidos) não é simplesmente uma intuição arcaica, e tampouco uma divisa de revolucionários radicais. “Es una evidencia racional, verificable y postpartisana. Los 11 gráficos publicados en *The equality Trust* realmente hablan por sí mismos: Las sociedades con mayor desigualdad en la renta tienen una tasa superior de muertes infantiles, de enfermedades mentales, de abuso de drogas, de fracaso escolar, de población encarcelada o de obesidad. Mayor desigualdad en la renta también predice que las personas tengan menos oportunidad para adquirir un status superior al de sus padres, y también implica un mayor grado de desconfianza social, niveles más altos de criminalidad, menor solidaridad con el exterior e inferior bienestar infantil.”

⁸ É um fato que a desigualdade causa um grave dano ao amor próprio da gente, à legitimidade do «interesse próprio» como motivação da ação humana (desde a representação da relação ética do «eu» consigo mesmo por meio do conceito de «amor próprio» de Aristóteles até o «*amour de soi*» rousseauiano e o «*selfinterest*» de Adam Smith, passando pela «*conservatio sui*» spinoziana - ou, para chegar até hoje mesmo, a «ação estratégica» de Habermas). Um amor próprio que depende em boa medida do reconhecimento que recebemos dos demais, como demonstraram pensadores que vão de Hegel a Lacan, e, mais recentemente, Richard Sennett, que chega a uma conclusão semelhante quando considera que a pergunta principal dos indivíduos é «Quem me necessita?». Para um grupo cada vez mais seletivo em relação aos «mais desiguais» ou «menos iguais», a resposta é: «ninguém».

autêntica em condições de liberdade e igualdade (real) de oportunidades que subjaz ao ideal de cidadania. Finalmente, a desigualdade extrema entre ricos e pobres (entendidos estes em sentido amplo) quebra a comunidade, rompe os laços de fraternidade e desata, de um lado, a cobiça de uns poucos e, de outro, quando não a inveja e o ressentimento, sempre ao menos a frustração, e muitas, muitas vezes, a angústia e o desespero de muitos.⁹

Pese a estas razões, não faltam as justificações da desigualdade «merecida». Tratarei apenas de duas. A primeira delas vem a dizer que “*a gente têm o que merece*”. Assim como o rico merece sua riqueza, prêmio por seu empreendedor dinamismo, o pobre – por sua falta de aptidão e esforço – merece o seu oposto destino social. Assim como o leal e eficiente trabalhador merece conservar seu emprego, igualmente aquele que o perde merece o escarmento do desemprego, situação na qual merecerá permanecer se não mostra suficiente capacidade, força de vontade e boa disposição para a busca ativa de outro emprego. Afinal, «oportunidades» não faltam, somente há que saber buscá-las¹⁰. Mentira!

⁹ Sou consciente de que escrever sobre a «desigualdade» como se se tratara simplesmente do antigo assunto entre ricos e pobres é uma simplificação excessiva, absurda e injusta. A desigualdade hoje é tão exagerada que um punhado de indivíduos pode enfrentar-se aos mandatos nacionais e internacionais e arremeter contra a sobrevivência dos cidadãos em todo o mundo. Por se isso fora pouco, Daniel Raventós recorda que “todo lo que una vez fue patrimonio común de auténticas comunidades humanas, incluida la tierra, el agua, los bosques, los minerales, el conocimiento tradicional indígena y el entramado de recursos genéticos de la propia vida, además de servicios públicos como la salud, la educación, el transporte, el agua y el saneamiento, es privatizado. Los seres humanos son mercancías destinadas a los mercados de trata de personas, esclavitud sexual, trabajo infantil, vientres de alquiler, tráfico de bebés y niños y compraventa de órganos. O suponen un obstáculo a la generación de beneficios, en cuyo caso se puede prescindir de ellos recurriendo, incluso, al genocidio, si fuera preciso, como sucede hoy mismo, por mero ejemplo como el perpetrado por Indonesia en Papúa Occidental; una horrorosa tragedia que casi nadie conoce.”

¹⁰ A vida não é assim, nunca é assim. Mas esta é a essência do pensamento positivo que tem basicamente duas partes: 1) um pensamento mágico: podes conseguir qualquer coisa com uma atitude positiva e; 2) a responsabilidade pessoal: se fracassas é tua culpa. Uma mensagem que vem muito bem aos políticos para legitimar a injustiça, a pobreza e as desigualdades. Olvidemos das condições econômicas, da desigualdade crescente, da falácia meritocrática, dos salários decrescentes, do deterioro das condições de trabalho... Busca em teu interior. Nada obstante, se buscamos a realidade, sejamos realistas. Isto não somente é delirante, senão também cruel: tens o destino que te mereces (a chamada visão do mundo justo). Teus fracassos não são o produto de complexas circunstâncias. Não! Se devem unicamente ao que tu fazes. E se te morres de câncer é por não ter a atitude adequada e não pôr todo teu empenho na luta. Em suma, o contexto se desatende, a situação não existe, a “cadena causal con muchos eslabones” se despreza, as diferenças e as limitações individuais se menospreza e se ignora a influência biológica e social em uma espécie que nasce, vive e morre em grupo.

Esta justificação meritocrática da desigualdade é tão demagogicamente falsa como certo é o fato de que ninguém merece moralmente nem seu azar genético nem seu azar social, de por si muito desigualmente distribuídos¹¹. Ninguém merece moralmente a família que lhe tocou, por sorte ou azar, nascer (rica ou pobre, decente ou depravada, vencedora ou perdedora), nem muito menos as oportunidades – favoráveis ou não – que essa família possa vir a brindar-lhe.¹²

O mesmo cabe dizer dos talentos – poucos ou muitos – com que um determinado indivíduo vem ao mundo. Não selecionamos nossos talentos e ninguém os merece moralmente, já que não temos a escolha de nós mesmos, isto é, não elegemos as consequências dos azares biológicos, da “loteria cortical”¹³ ou dos infortúnios socioeconômicos de que somos

¹¹ “Hay mucha hipocresía en toda la sociedad en cuanto a la meritocracia, un discurso exagerado que genera una forma moderna de desigualdad que pesa aún más para los perdedores del sistema”. (T. Piketty)

¹² “La desigualdad de oportunidades empieza desde el mismo momento en que nacemos. Hay padres más cariñosos y más responsables que otros. Ya desde un inicio, unos niños gozan de mejor crianza y tienen más ventajas. ¿El aspirante que tuvo padres irresponsables debe tener ventaja en una oposición, frente al aspirante que tuvo padres responsables, a fin de emparejar la carrera desde el inicio y hacerla verdaderamente justa? ¿Cómo se puede llevar un registro de todas las desigualdades de oportunidades a las que ha estado expuesto un individuo en su vida?” (G. Andrade). A implicação de tudo isto parece ser a reafirmação de um velho princípio: devemos reconhecer nossas limitações. Devemos admitir que vivemos em um mundo injusto e que, em muitos casos, não há grande coisa que possamos fazer para evitar os desastres que desembocam em dinâmicas e situações que exageram a desigualdade. A natureza é injusta, mas, lamentavelmente, todos somos filhos dela.

¹³ Por exemplo, a felicidade é um dos aspectos mais hereditários da personalidade. Estudos realizados com gêmeos idênticos mostram que 50 a 80% de toda a variação entre as pessoas e seus níveis médios de felicidade podem ser explicados por diferenças em seus genes, e não por suas experiências de vida (episódios específicos de alegria ou depressão, entretanto, normalmente precisam ser entendidos analisando-se a interação dos eventos e condições da vida com a predisposição emocional da pessoa). O nível médio de felicidade de uma pessoa típica constitui o “estilo afetivo” da pessoa. Seu estilo afetivo reflete o equilíbrio diário de poder entre nosso sistema de aproximação (o sistema de motivação do comportamento humano que provoca emoções positivas e faz querer se aproximar de determinadas coisas) e o sistema de retração (o sistema de motivação do comportamento humano que provoca emoções negativas e nos faz querer evitar determinadas coisas), e esse estilo está praticamente escrito em nossa testa. Há muito se sabe, através de estudos de ondas cerebrais, que a maioria das pessoas apresenta uma assimetria: mais atividade no córtex frontal direito ou no córtex frontal esquerdo. No final da década de 1980, Richard Davidson, da Universidade de Wisconsin, descobriu que essas assimetrias estavam relacionadas com as tendências gerais da pessoa a vivenciar emoções positivas ou negativas. As pessoas que apresentavam maior quantidade de determinado tipo de onda cerebral vinda pelo lado esquerdo da testa relataram sentir-se mais felizes na vida cotidiana e sentir menos medo, ansiedade e vergonha do que as pessoas que apresentavam maior atividade do lado direito. Pesquisas realizadas posteriormente mostraram que as pessoas

“vítimas”. E se é verdade que a justiça aspira a contrapesar os caprichos do azar (social e genético), pouco justo será permitir que os indivíduos sofram ou gozem sem regras nem freios de seus imerecidos diferenciais de oportunidades que esse azar lhes põe de bandeja. A distribuição das dotações sociais e genéticas – como não deixou de advertir John Rawls –, por «não» ser merecida, corresponde a um «ativo comum» da sociedade, ainda que somente seja porque é a sociedade quem as premia e valora, ou porque somente em seu contexto podem ser exercidas.

A segunda mais comum justificação da desigualdade a converte “*no necessário preço da liberdade*”.¹⁴ Em um mundo regido pelo livre mercado e assentado no sacro princípio da liberdade de eleição e decisão, um Estado intervencionista poderia impor políticas redistributivas e regulamentações igualitaristas, mas somente o lograria à base de cercear essa mesma liberdade individual, à base de recortar e limitar a opções sobre as que se pode exercer essa “intocável” e metirória liberdade de eleição e decisão. Também mentira!

Este outro argumento é tão demagogicamente falso como certo é o fato de que a desigualdade implica ela mesma uma falta de liberdade, tanto mais profunda quanto mais dramática seja essa desigualdade. Porque falta de liberdade – de eleger, de decidir, de fazer e ainda de rechaçar e

com maior atividade no lado esquerdo têm menos tendência à depressão e se recuperam mais rapidamente de experiências negativas (Davidson). A diferença entre as pessoas com maior atividade cortical do lado direito e do lado esquerdo pode ser observada até mesmo em bebês. Bebês de 10 meses de idade que apresentam mais atividade do lado direito têm mais tendência a chorar quando separados brevemente das mães (Davidson & Fox). Essa diferença na infância parece refletir um aspecto da personalidade que é estável na maior parte das pessoas, em toda vida adulta (J. Kagan). Os bebês que apresentam mais atividade do lado direito da testa tornam-se crianças mais ansiosas em relação a novas situações; quando adolescentes têm mais probabilidade de ser medrosas nos namoros e nas atividades sociais; e, por fim, quando adultos têm mais probabilidade de precisar de tratamento psicológico para relaxar. Tendo perdido na loteria cortical, e inocentes de si mesmos, esses indivíduos lutam a vida inteira para atenuar o controle de um sistema de retração excessivamente ativo. Já para as pessoas que ganharam na loteria cortical, seus cérebros foram pré-configurados para ver o mundo pelo lado positivo (J. Haidt). A dimensão social da loteria cortical impõe, pois, suas pautas.

¹⁴ “De la misma manera que la cultura medieval no consiguió casar la caballería con el cristianismo, el mundo moderno no logra casar la libertad con la igualdad. Desde la Revolución francesa, las personas de todo el mundo han llegado gradualmente a la convicción de que la igualdad y la libertad son valores fundamentales. Sin embargo, estos valores son contradictorios entre sí. La igualdad solo puede asegurarse si se recortan las libertades de los que son más ricos. Garantizar que todo individuo será libre de hacer lo que le plazca es inevitablemente una estafa a la igualdad. Toda la historia política del mundo desde 1789 puede considerarse como una serie de intentos de reconciliar dicha contradicción”. (Y. Noah Harari)

resistir – é o que suporta aquele que vive (ou sobrevive) com a «permissão» de outro, em um mundo que distribui de forma tão grosseiramente desigual recursos, oportunidades e riqueza. E a conclusão mais imediata parece ser bastante óbvia: não existe propriamente liberdade sem igualdade, nem igualdade sem liberdade; se é tanto mais livre na medida em que se é igual, e vice-versa. Dito de forma um pouco vulgar: a liberdade em um contexto que padece de um profundo e crônico problema de falta de igualdade (ainda que aproximada) é uma ilusão.

Nem que dizer que em um cenário de desigualdade está sempre aberta a possibilidade de que alguém reclame, para si e para os seus, o monopólio da excelência, ou (também) de que alguém avoque a faculdade ou o direito de restringir ao seu círculo o abanico das excelências humanas. Um corolário natural, uma característica perversa da psicologia social humana: a tendência a dividir as pessoas em pertencentes ao grupo e não pertencentes ao grupo, e a tratar os de fora como menos do que humanos; odiar os que não pertencem ao nosso círculo ou grupo é uma parte da natureza humana - e dos chimpanzés -, a parte mais repugnante e nocente.¹⁵

Se, por exemplo, repassamos o repertório léxico grego-clássico sobre a bondade, a virtude, a excelência e a retitude moral, nos encontramos, quase sem exceção, com vozes cuja origem etimológica aponta diretamente ao ódio, ao prejuízo e ao desprezo dos pobres, perdedores e fracassados, a traços inequivocamente patricios: de um lado, “os grandes”, “os capazes”, “os notáveis em posição elevada”, “os de bom berço”, “os excelentes”, “os melhores”, “vencedores”, “os que estão em posição destacada”, etc...etc.; do outro, “os egoístas, pobres, vagos, preguiçosos, pestilentos” (tudo isso está na etimologia da palavra grega que ingenuamente se traduz sempre por “maus”), “os que vêm de estar em mau estado, pútrido”, “os piores”, “os fracassados”, “os perdedores”, “o vulgar”, etc...etc.

Filósofos e escritores respeitáveis já gastaram rios de tinta em criticar e lamentar o que o discípulo tardio de Calicles e Trasímaco, Nietzsche, chamou o “ressentimento”, a inveja e a mesquinhez dos pobres, os

¹⁵ «Los pobres nunca, o casi nunca, pedirán una explicación de todo lo que tienen que soportar. Se odian entre ellos, y se conforman con eso. [...] La mayoría de las veces, los odio. Apestan. Apestan a mugre, a pies, a tabaco y alcohol malo. Apestan a odio, rencores y envidia. Se roban entre ellos.[...] También se matan. A veces violentamente, en la explosión de una conciencia alcoholizada o de manera muy deliberada, tras haber destilado durante mucho tiempo, resentimientos soterrados y pueriles... Es imposible no odiarlos». (Louis-Ferdinand Céline)

trabalhadores, os fracassados e o grosso do que Aristóteles considerava classes miseráveis e incapazes de virtude (logo está a emoção da «schadenfreude», uma palavra do alemão que designa o sentimento de alegria pelo sofrimento ou desgraça alheia e que ocorre quando a alguém que invejamos lhe saem mal as coisas). Mas, até onde nosso conhecimento chega, ainda está por se escrever a história do ódio, do prejuízo, do desprezo, e por certo, do pânico que - documentado ao menos desde o Tersites, de Homero, e o “caldeireiro-filósofo” de Platão¹⁶ - vem suscitando entre os “melhores”, os vencedores, os ricos, os poderosos e os chamados intelectuais aqueles a quem, de uma ou outra forma, têm estes “baixo sua mão”.¹⁷

¹⁶ No livro V da República Platão apresenta ao horror de seus leitores a imagem de um possível filósofo (possível, claro está, na aborrecida democracia) que é caldeireiro de ofício e, naturalmente, pouco mais ou menos, feio, baixo, barrigudo e calvo. Vinte e tantos séculos mais tarde, no elegante salão de uma grande Madame da Paris do séc. XVIII, e talvez recordando esta passagem de Platão, Voltaire deixou cair entre displicentes suspiros de afetação «*parvenu*»: “Ah! Madame, quand la canaille se mêle de penser, tout est perdu.” [Em uma carta à M. Damillaville (1er avril 1766) Voltaire repete a assertiva: «Je crois que nous ne nous entendons pas sur l'article du peuple, que vous croyez digne d'être instruit. J'entends par peuple la populace, qui n'a que ses bras pour vivre. Je doute que cet ordre de citoyens ait jamais le temps ni la capacité de s'instruire; ils mourraient de faim avant de devenir philosophes. Il me paraît essentiel qu'il y ait des gueux ignorants. Si vous faisiez valoir comme moi une terre, et si vous aviez des charrues, vous seriez bien de mon avis. Ce n'est pas le manœuvre qu'il faut instruire, c'est le bon bourgeois, c'est l'habitant des villes; [...] *Quand la populace se mêle de raisonner, tout est perdu.*»].

¹⁷ Os seres humanos se estão comparando continuamente: somos umas máquinas de comparar-nos, uma «necessidade» que tem que ver com a necessidade de conhecer e de controlar. O problema é que estas comparações nos dividem: aos que têm mais ou estão mais arriba na hierarquia lhes invejamos, e aos que têm menos lhes depreciamos ou sentimos inclusive asco. A inveja e o desprezo são emoções que ninguém quer ter, que não gostamos de reconhecer e/ou sentir, porque nos deixam mal e dão uma vil e indigna imagem de nós mesmos: a inveja revela nossas carências e desgraças, e o desprezo nossa catadura e debilidade moral. Daí a precisa observação de Adam Smith (1759): “La disposición a admirar y casi venerar al rico y al poderoso, y a despreciar, o por lo menos a rechazar, a las personas en condiciones de pobreza, aunque necesaria para establecer y mantener la distinción de rangos y el orden de la sociedad, es, al mismo tiempo, la mayor y más universal causa de la corrupción de nuestros sentimientos morales”. Pois bem, embora o desprezo seja mais difícil de reconhecer, é algo comprovado que as pessoas de mais status recebem muito mais atenção que as de abaixo. Está no interesse dos subordinados controlar o que fazem os dominantes pelo que lhes pode passar. Já os dominantes não necessitam preocupar-se de controlar aos débeis. De fato, o silêncio é a expressão mais perfeita de desprezo, como dizia George Bernard Shaw. O desprezo é a ausência de respeito, a falta de atenção, a bruta indiferença e a incapacidade de considerar ao outro. Susan Fiske, por exemplo, estudou a imagem cerebral da inveja e o desprezo. Um descobrimento surpreendente é que há uma parte de nosso cérebro que se ativa (ou «acende») quando encontramos outra gente, sobretudo quando pensamos em seus sentimentos e pensamentos: o córtex pré-frontal medial. Nada obstante, as pessoas ou os grupos sociais que produzem

E não somente há uma berrante incapacidade para reconhecer as excelências dos menos favorecidos. Também há impostura e abuso de poder sob o pretexto da excelência ou do talento individual. E esse é o lado terrível da desigualdade. Por esse lado se rompe o vínculo comunitário global, se escinde e polariza uma sociedade, e se constitui, enfim, o que o *tory* Benjamin Disraeli descreveu como as “duas nações” (a dos ricos e a dos pobres), ao que o monárquico orleanista Guizot batizou como “luta de classes” (talvez recordando-se da *στάσις* de Aristóteles) e ao que Marx chamou “a não-existência política” dos que vivem por suas mãos, ou seja, dos que se encontram na parte mais escura da vida e que representam a encarnação da “economia dos serventes” – ou, para ser mais delicado, uma economia rodeada de valores sem conteúdo.

Resultado: As coisas não vão bem. Nosso mundo moderno recente se orgulha de reconhecer, por primeira vez na história, a igualdade básica de todos os humanos, mas pode estar a ponto de criar a mais desigual de todas as sociedades. (Y. Noah Harari)

É certo - sobra dizer - que a desigualdade tem muitas *causas*¹⁸, que a vida está atulhada de exemplos de desigualdade e injustiça¹⁹, que «a

desprezo e/ou asco não fazem com que se nos ative ou «acenda» o córtex pré-frontal medial. É como se não lhes atribuíssemos uma mente e não esperáramos interagir com eles; como se os houvéramos desumanizado e lhes negáramos os atributos tipicamente humanos. Dito de forma mais simples: o córtex pré-frontal medial de nosso cérebro não se ativa quando pensamos nas ou na presença de pessoas que depreciamos. Também no que se refere à firma neurológica do desprezo o que se verifica é uma ativação da ínsula, uma estrutura que parece estar especialmente relacionada com o asco. Reagimos ante os marginados, pobres, perdedores e/ou fracassados como se estivessem contaminados, tanto moral como fisicamente. E na «schadenfreude», o que se vê é uma ativação do sistema de recompensa do cérebro; quer dizer, a desgraça de uma pessoa invejada ativa o circuito do prazer do cérebro.

¹⁸ Existem múltiplas razões secundárias para esse desgraçado fenômeno, mas me parece que a causa subjacente principal há de buscá-la no atual modelo capitalista (e neoliberal) de crescimento e desenvolvimento e no vigente modelo antissocial de propriedade. De fato, o capitalismo reproduz e amplia a desigualdade porque distribui muitos distintos recursos de poder a proprietários e não proprietários. E distribui tão desigualmente o poder social porque se baseia em um modelo de propriedade e apropriação que não conhece limites a sua acumulabilidade, e permite formidáveis (hiper) concentrações de poder econômico e social que não somente escapam a todo controle democrático, senão que por inúmeras vias conseguem uma sobre-representação institucional e política de seus privilegiados e minoritários interesses. Pensemos, muito sumariamente, no capitalismo como propriedade privada dos meios de produção, mais mercado: por um lado, essa peculiar distribuição (e acumulação) dos direitos de propriedade, carrega consigo importantes implicações distributivas e de relações de poder; por outro, propicia uns determinados dispositivos motivacionais (a desigualdade como estímulo produtivo, o egoísmo) que operam como combustível social. Tudo isso tem consequências relevantes para os vínculos sociais de

comunidade, de autoridade e de igualdade: *a*) o mercado opera sobre um transfundo motivacional egoísta que atenta contra valores ou disposições emocionais como a confiança, a lealdade, a compaixão e a generosidade, que constituem o cimento da comunidade política e cuja relevância para a boa sociedade é, seguramente, superior à importância das virtudes supostamente favorecidas pelo comércio; *b*) no mercado a participação nas tarefas coletivas é puramente instrumental e com consequências anti-igualitárias: opera segundo um princípio regulador do comportamento que mina a coesão comunitária e que, sem embargo, se associa à eficiência econômica; *c*) a acumulação da propriedade privada dos meios de produção constitui um importante fator da (des)igual distribuição de poder e da capacidade discricionária em uma determinada comunidade; e, por último, *d*) em um mercado de corte capitalista, inclusive no mais perfeito, as desigualdades de recursos acabam em desigualdades de riqueza que, de diversas formas, atentam contra os vínculos sociais de igualdade (por exemplo, a igualdade de participação e influência política). Em resumo, como modo de produção que vive da desigualdade e a retroalimenta positivamente, o capitalismo carrega consigo um enorme potencial para acabar por complicar a realização dos melhores lados dos vínculos sociais de comunidade e de igualdade: seus dispositivos motivacionais socavam o cenário comunitário; a desigualdade desde a qual funciona atenta imediatamente contra a igualdade de poder e, não menos, contra o sentimento de fraternidade e de cooperação; as relações de produção que por vezes o definem tornam improvável o autogoverno pessoal e propiciam a arbitrariedade e o despotismo – isto é, fomentam a desigualdade social.

- ¹⁹ Uma observação incidental: No conjunto dos discursos em que se emitem juízos acerca da ideia de justiça a «igualdade» parece ocupar sempre uma posição de destaque. Desde suas primeiras formulações a justiça sempre foi associada com a igualdade (sobre a qual Aristóteles desenvolveu sua doutrina da justiça e que ainda hoje representa o ponto de partida de todas as reflexões sérias sobre essa questão) e sua caracterização evoluiu ao compasso desse princípio ilustrado. Do mesmo modo, as recentes evidências científicas estão revelando que a igualdade, enquanto intuição, instinto ou emoção moral, tem profundas raízes neurobiológicas e evolutivas, que se acha «gravada» em nosso cérebro, e que, em certo modo, já não pode considerar-se uma capacidade exclusiva do ser humano. A igualdade, portanto, parece ser um desses valores fora de toda discussão no mundo atual. Contudo, como é quase ocioso recordar, a igualdade não é um fato. Dentro do marco da espécie humana, que estabelece uma grande base de semelhança, os indivíduos não são definitivamente iguais; a situação «de fato» não é a igualdade, como mostra às claras não somente a própria circunstância do nascimento (que oferece uma enorme diversidade de cunho social), senão também as diferenças em termos de talentos, caráter, personalidade, inteligência, etc. etc. Na situação inicial, o normal é partir da desigualdade devida a «motivos naturais» (as diferentes capacidades naturais de cada um) e a «motivos sociais» (o desigual repartimento dos bens e serviços na sociedade que gera uma enorme diversidade de cunho social). Para onde se mire a vida está atulhada de exemplos de desigualdade e injustiça. E não há grande coisa que possamos fazer a respeito. Portanto, justiça e igualdade não significam ausência de desníveis e assimetrias, já que os indivíduos são sempre ontologicamente diferentes, mas sim, e muito particularmente, ausência de exploração (ou interferência arbitrária) de uns sobre outros. Daí que tratar como iguais aos indivíduos não necessariamente entra um trato idêntico: não implica (necessariamente), por exemplo, que todos recebam uma porção igual do bem, qualquer que seja que a comunidade política trate de subministrar, senão mais bem a direitos ajustados às diversas condições (R. Dworkin). Como recorda Peter Singer, a existência de profundas diferenças entre os seres humanos deve levar a certas diferenças nos direitos a serem atribuídos a uns e outros. Quando se invoca um princípio de igualdade ou equidade (presente na maioria das teorias

igualdade a todo custo não é boa» (é absurda, segundo S. T. Asma), que a igualdade é um mito (um dos muitos mitos compartilhados), que o uso distorcido que cada vez com mais frequência se faz da ideia de (ou que se dá ao termo) «igualdade» pode levar a situações altamente prejudiciais e que «o medo às diferenças» é um claro sintoma de supina estupidez ou de uma ligeireza infantil sem limites. Mas há poucas tramas no mundo tão absurda como a desigualdade desenfreada, essa “bomba de espoleta retardada” como diz Zygmunt Bauman. Porque que não exista uma sociedade completamente igualitária e ao alcance da mão ou que a desigualdade seja obra da natureza ou de uma invisível mão social não nos absolve do compromisso e da responsabilidade de corrigi-la, de remediá-la, de preveni-la ou de elimina-la na medida do possível.

Agora: Como podemos ensinar o caminho para intentar encurtar a distância entre o idealizado mundo do *dever ser* de sofisticadas teorias e o *ser* que é viver em um mundo em que o absurdo não prima precisamente por sua ausência? O que fazer com esses tipos de teorias que são como um subgênero da ciência ficção «en el que el mundo opera de acuerdo a unas reglas completamente diferentes a las del mundo humano rutinario»? Devemos, em nome da iniludível desigualdade ou da loucura que espera ao que deseja o impossível de remediá-la ou elimina-la (ao absurdo), negar a possibilidade de que esse desejo nos permita evolucionar a maiores cotas de igualdade? Como podemos evitar a conclusão de que encomendar a Deus a solução da desigualdade seja a única resposta?

Pois, abraçando o absurdo da desigualdade. E antes que o indulgente leitor (a) se deprima de todo, me explicarei melhor com um efêmero argumento e uma ligeira sugestão à inquietude a que me referi ao princípio. Assim que vamos ao mais grosso.

É uma evidência real, mais além que qualquer debate razoável, que a vida é complexa, uma mescla do normal e do absurdo em combinações amiúde desorientadoras, e que em qualquer esquina a experiência da absurda desigualdade nos golpeia a cara. Uma espécie de absurdo que parece ser um aspecto comum a toda sociedade humana. Qualquer grupo ou sistema social complexo apresenta alguma forma de desigualdade. Se rechaçamos a ajuda enganosa da religião e das boas intenções filosóficas, então temos que reconhecer que o mundo é um caos, uma anarquia, um

contemporâneas da justiça) não se está em absoluto pretendendo que deva conduzir a uma identidade absoluta de direitos: da mesma maneira que é absurdo conceder a liberdade de aborto a um homem, o é a pretensão de dar a liberdade a uma mulher para contrair matrimônio, por exemplo, com um porco. É a “consideração” a que deve ser mantida por igual; a consideração que merecem diferentes seres conduz a distintos direitos.

universo despojado da ilusória igualdade, um jardim de desigualdades, onde a vida de cada ser humano é um capítulo de acidentes e que nada pode fazer-nos invulneráveis à fortuna (ao azar social e genético) - de fato, a (grande) vantagem da realidade sobre a ficção é que não necessita fazer malabarismos para parecer realista.²⁰

A plena igualdade ou «igualdade total» é fruto de nossa imaginação (não do modo em que vivemos) e o culto à onipotente liberdade (de eleição e de decisão) em uma sociedade igualitária e fraterna é outra das inúmeras fábulas que inventamos e nos contamos uns a outros, um mero reflexo da necessidade que temos de improvisar nossas vidas (J. Gray). Inevitável não pensar em Albert Camus que, em outro contexto, insistia em que sempre há que manter uma distância irônica entre a ordem imaginada e inventada da vida e o conhecimento do absurdo “de esta mesma vida, no sea que el significado ficticio tome el lugar del real”.

Mas, dado que a crença de que todos os humanos são iguais não é mais que uma versão renovada da convicção monoteísta de que todas as almas são iguais ante Deus, muitas pessoas buscam (ou encontram) em instâncias não humanas, transcendentais ou sobrenaturais um meio para proporcionar-lhes comodidade. Ocorre que isto não serve para dar um significado genuíno à igualdade porque se trata de outra fantasia. Por exemplo, ou Deus existe ou não. Se não existe, então é óbvio por que não pode ser a origem do sentido último da igualdade. Se Deus existe, tendo em conta toda a desigualdade, a dor e o sofrimento que há no mundo, a única conclusão racional acerca de Deus é que é um estúpido ou um psicopata. Portanto, a existência de Deus somente pode fazer a vida mais absurda, nunca menos.

Exposto desta maneira, somente nos resta aceitar que a vida é absurda e que buscar o *sentido* do fato de que as ordens imaginadas que a gente crê sempre tendem a ignorar uma parte substancial da humanidade é um absurdo ainda maior. Perguntarei outra vez: Como *instruir* se assumimos que a vida é assim, que nossa percepção equivocada do mundo e de como este funciona nunca poderá deter a insuportável multiplicação da desigualdade? A quem importa verdadeiramente o desconcerto existencial ante tamanha desigualdade? Qual a estratégia ótima para educar no lado escuro de um mundo tão absurdamente desigual e ao mesmo tempo refutar toda teoria ou mecanismo perfeito desenhado para

²⁰ Ao mundo real “le trae sin cuidado que nos frotemos los ojos estupefactos o que los cerremos negándonos a creer lo que está pasando. Seguirá estando ahí cuando los abramos.” (J. Bilbao)

manter a gente convencida de qualquer coisa, apesar da evidência, da razão, da coerência e das estatísticas em contra?

Primeiro é convencer-se de que a dificuldade para explicar uma coisa não significa que essa coisa seja inexplicável. Segundo, que não há que haver lido de criança aos irmãos Grimm ou a Andersen para saber que nenhuma teoria (ou *práxis*), nem da justiça nem da injustiça, pode resultar completa (e/ou ajudar-nos a navegar pelo mundo social) sem ter em conta o problema da desigualdade, porque a preocupação pela justiça consiste na eliminação da injustiça manifesta e não em concentrar-se na busca incessante da sociedade perfeitamente justa. (J. Shklar)²¹

Já sei que não parece uma sugestão reconfortante, mas, sejamos sérios, tenhamos uma confrontação honesta com a sombria realidade e, ao mesmo tempo, posicionemo-nos desafiantes negando a que a verdade nos destrua a capacidade de entender que as grandes desigualdades são essencialmente uma ameaça à liberdade da maioria. Como animais «domesticados» por uma constelação de crenças transmitidas, prejuízos inconscientes e ideias preconcebidas que vamos acumulando ao longo da existência, nos falta perspectiva para entender e aceitar que a realidade – “un concepto de lo que nos limita, de lo que no podemos cambiar o controlar mediante un mecanismo de nuestra voluntad” (H. Frankfurt) – sempre será realidade, obstinadamente independente e “distinta de nosotros”, sem importar o que pensemos, creiamos ou aneemos.

Porque do que se trata não é fugir da realidade, senão uma aceitação da verdade e uma reação de sobrevivência. Este é um mundo onde se

²¹ Duas coisas, dizia Montesquieu, destroem a República: a ausência de igualdade e a igualdade extrema. Na verdade, uma sociedade perfeitamente justa em que há um predomínio de valores associados à uma imaginária igualdade total apresenta um grande inconveniente: não existe. A ilusão de uma igualdade sem moderação é uma utopia perigosa porque todos os reclamos para uma maior equidade «estão baseados na carência de um frente a abundância do outro» (S. T. Asma). Para que haja a possibilidade de uma igualdade autêntica ou quando menos aproximada é necessário que as condições em que os indivíduos competem partam de uma igualdade prévia que quase nunca se dá e/ou da eficaz garantia de umas condições mínimas de uma vida digna, satisfatória e plena (o radical direito aos meios materiais de existência). Não é possível realizar na prática a igualdade se esta não se materializa nas humanas condições do processo experiencial de que surge, assegurando a cada indivíduo-cidadão oportunidades reais em uma sociedade solidária. Não se pode simplesmente identificar a igualdade com a “ausência de desigualdade”; cada confusão e identificação deste tipo é uma negação das mesmas, uma declaração a favor da inumanidade digna de condena por sua insanável falsidade - aliás, foi o republicano Robespierre quem por primeira vez falou de "direito à existência"; defendia de forma inigualável que a sociedade deve garantir a todos os seus membros, como primeiro direito, o de existir material e socialmente.

segue discriminando em nome de um Deus de bondade e onde a metade da riqueza é propriedade de menos de cem pessoas. Se necessita uma dose importante de má-fé para negar o absurdo de nossa sociedade. Assim que sim! Sim é possível ensinar a viver eticamente em um mundo absurdo, porque, entre outras coisas, a brecha destrutiva em que vive o absurdo é o que nos ajuda a suportar e a reinventar a banalidade da vida cotidiana. Sim é possível evitar toda inquietude, desde que assumamos o compromisso de ensinar: (i) a prestar atenção às contradições e às contraprovas; (ii) a admitir os limites de nosso conhecimento; (iii) a cuidar de não recorrer ao comportamento “infame de abusar del lenguaje científico para hacer parecer como profundas afirmaciones sin sentido” (S. Oxenham); (iv) a inconveniência de deixar-se seduzir pelas rotinas mentais sacrossantas que governam silenciosamente nossos atos e/ou pela distorção intrínseca de toda observação humana que altera a percepção da realidade de maneira recorrente²²; (v) a viver pacífica e sensatamente em nossas diferenças²³; (vi) a evitar crer que o que pensamos é a última palavra; e, sobretudo, (vii) a assegurar que a árvore não nos eclipse o bosque ou que olvidemos por demasiado tempo que nossas crenças mais firmes estão determinadas por acidentes do destino, desde nosso lugar de nascimento até nosso DNA –

²² “Antes cada persona tenía derecho a tener su propia opinión, no sus propios hechos. Pero ese ya no es el caso, los hechos ya no importan. La percepción ahora lo es todo, es la certeza.” (Stephen Colbert). Por certo, ser consciente do quão imperfeitas são nossas opiniões e quantas vezes nos equivocamos é como perguntar a um peixe sobre a sensação de estar molhado. Quase todos somos vítimas de nossas percepções e autointerpretações, mas quase ninguém é consciente disso: se não sabemos algo, o supomos; se queremos saber algo, o miramos e cremos que o que vemos é a verdade, tanto porque consideramos que sabemos interpretá-lo como porque consideramos fiáveis nossos sentidos. Resumindo: é demasiado complicado refrear o chamado «realismo ingênuo», quero dizer, a tendência automática a crer de verdade que o mundo é exatamente tal e como o percebemos (ou experimentamos).

²³ “Las personas como organismos biológicos puede resultar inquietante por muchas razones. Una de ellas es la posibilidad de la desigualdad. Si la naturaleza humana es una tabla rasa, entonces todos somos iguales por definición. Pero si consideramos que la naturaleza determina nuestras cualidades, entonces algunas personas pueden estar mejor dotadas que otras, o con cualidades distintas a los demás. Quienes están preocupados por la discriminación racial, de clase o sexista preferirían que la mente fuese una tabla rasa, porque entonces sería imposible decir, por ejemplo, que los hombres son significativamente diferentes a las mujeres. Yo sostengo que no debemos confundir nuestro legítimo rechazo moral y político a prejuizar a un individuo en función de una categoría con la reclamación de que la gente es biológicamente indistinguible o que la mente de un recién nacido es una hoja en blanco.” (Steven Pinker)

ninguém disse que ensinar não é um assunto demasiado sério e que também demanda esforço.²⁴

Aqui temos, pois, algumas maneiras em que podemos adestrar adequadamente e tratar de evitar nossas confusões e eventuais angústias. Utilizar nossa tendência natural ou impulso a teorizar (o que William James denominou «instinto teórico») para refazer nossos *modelos de mundo*, para indignar-se e levantar-se contra esse lugar comum – falso, por certo, como a maioria dos lugares comuns – e as metáforas ou retóricas estúpidas sobre a «desigualdade»²⁵. A autêntica igualdade (ainda que aproximada e sempre dependente de valorações concretas) somente pode dar-se por meio do respeito e do reconhecimento, porque a condição básica para ser um bom cidadão é receber o reconhecimento e o respeito que se lhe deve e outorga-lo aos demais. E este reconhecimento/respeito, para ser pleno e não cair na versão vulgar e perversa da caridade²⁶ postula e requer a harmônica integração de seres livres²⁷. E, sobretudo, exorcizar a

²⁴ Claro que não é infrequente aquele tipo de ensino que mais se parece a uma receita de cozinha, que não convence a ninguém, nem sequer a família; uma estranha prática de ensino em que há uma muito difundida predileção pelos intercâmbios medíocres: algo assim como uma silenciosa e cômoda preferência pela trivialidade, ainda que alguns se aventurem a afirmar publicamente que o intercâmbio professor-aluno tem em realidade um alto nível de qualidade. Falando rápido e mal, «cretinismo» puro e duro.

²⁵ O problema com as metáforas é que podem ser iluminadoras ou podem ser obscurantistas: podem aclarar algo mais complexo ou confundir mais ainda algo de por si complicado, como é o caso da “desigualdade”. Longe de ser um termo científico para analisar a desigualdade é, em realidade, um termo com uma carga emocional para envolver e mover precisamente os sentimentos e não a razão. Sua ambiguidade busca precisamente isso: que todo mundo possa identificar-se como “igual”. Daí que é perfeita para a narrativa e a fábula, por essa emotividade e poder de sensibilização que tem, e porque sua ambiguidade serve para não dizer nada aparentando dizer algo muito profundo, ou para poder dizer duas coisas contraditórias ao mesmo tempo.

²⁶ Não percamos de vista o mal que há na caridade: a caridade é a antítese dos direitos humanos. A igualdade é pisoteada pela caridade e sua forma cristã de humanitarismo, donde as espórtulas de «aceitação», «tolerância» e «redenção» se oferecem de forma seletiva ou são impostas desde o exterior de maneira caprichosa, contingente e temporal. A caridade, pelo geral, só beneficia ao doador, quase sempre em algum tipo de ato público interessado, e ofende a humanidade daqueles que se encontram no lado receptor: sua humanidade resulta maltratada pela dependência forçosa de outras pessoas (D. Raventós & J. Wark). A caridade, enfim, como uma questão de imagem e sutil forma de perversão da noção de respeito e reconhecimento, “degrada a quien la recibe y enaltece a quien la dispensa”(George Sand).

²⁷ Recordemos que a presença e a aceitação do “outro” na convivência é o fundamento biológico do fenômeno social e qualquer coisa que destrua ou limite a presença e a aceitação do “outro”, desde a competição até a cooperação, passando pela manipulação ideológica, destrói ou limita o fato de se dar o fenômeno social – e, portanto, humano –,

resignada indiferença, fomentar o exercício de nossas melhores capacidades e demonstrar nossa valia como seres humanos.²⁸

Por isso que o caminho para viabilizar uma valoração concreta verdadeiramente transformadora do *statu quo* da ausência de igualdade deve começar por um juízo formulado a partir das vítimas das desgraças e das desigualdades sociais, quero dizer, de adotar a perspectiva dos que se encontram “en el peor de los mundos posibles”, para usar a expressão de Schopenhauer. Considerar à plena luz as perspectivas das vítimas, saber escutar suas necessidades²⁹ e outorgar a suas vozes seu devido peso implica uma verdadeira disposição e capacidade para atuar (ou não atuar) em nome dos mais desfavorecidos, “para imaginar sus expectativas incumplidas, para absolver, para ayudar, mitigar o compensar, e incluso para no mirar hacia otro lado”. (J. Shklar)

O que modela uma sociedade boa e decente não é a retórica ou discurso de que a igualdade significa simplesmente que as mesmas leis são de aplicação a ricos e pobres. Também nossos pequenos e concretos atos mentais e de comportamento: a generosidade que dispensamos em nossas relações, a maneira como educamos nossos filhos, como ensinamos a nossos alunos, como nos relacionamos com os demais, como respeitamos cotidianamente os limites de nossos direitos e cumprimos com nossos deveres, etc. etc., são todas pequenas atitudes, decisões

porque aniquila ou empobrece o processo biológico que o gera e o sentimento de que estamos desenhados pela seleção natural para entender-nos uns aos outros. (H. Maturana)

²⁸ Parafrazeando a Mark Twain, “todo el mundo se queja de la desigualdad, pero nadie hace nada por remediarla”. Digo mais: a essência da indiferença, do apático menosprezo com relação ao outro, reside precisamente no fato de que carrega consigo a completa perda de interesse no que sucede. Nada nos preocupa nem nos importa. E uma consequência natural disso é que nossa disposição a estar atentos se debilita e nossa vitalidade ou sensibilidade moral se atenua. Em suas manifestações mais habituais e características, o conformismo apático implica uma redução radical da agudeza e constância de atenção ao que realmente importa. Nossa consciência moral perde a capacidade de perceber injustiças, convertendo-se em algo cada vez mais homogêneo. E à medida que se expande e se apodera de nós, a indiferença faz com que nossa consciência ou compromisso ético experimente uma diminuição progressiva de sua capacidade de perceber os fatos importantes. A justiça só é um valor para os que se interessam e desejam a justiça. A humanidade só é um valor para os que desejam viver humanamente; a vida só vale para quem a busca ativamente; e nenhuma coisa comanda a não ser proporcionalmente ao interesse que temos por ela (Spinoza). Dito da forma mais simples possível: ter interesse por alguém ou algo significa ou consiste essencialmente, entre outras coisas, em considerar suas necessidades e seus interesses como razões para atuar ao serviço dos mesmos.

²⁹ Nas relações humanas, como na vida em geral, escutar é um ato de humildade: diz que as ideias dos demais são interessantes e importantes, que as nossas poderiam ser errôneas, que ainda nos falta muito por aprender. (K. Schulz)

triviais, gestos da vida privada que, a longo prazo, têm muito mais peso que todas as guerras napoleônicas.

Enquanto para os adoradores de grandes modelos abstratos e os ídólatras de teorias “universais” puramente especulativas as vítimas são um momento necessário, inevitável, um aspecto funcional ou natural do mundo, para uma consciência crítica e responsável, que só pode existir desde uma «práxis ética» comprometida (uma atividade consciente e transformadora de uma circunstância humana, de certa forma de relações humanas, “a la vez que transforma o moldea el carácter de la persona individual” – A. Sánchez Vázquez), as vítimas (“os pobres”, “os piores”, “os fracassados”, “os perdedores”, “o vulgar”...) são reconhecidas como sujeitos morais, como seres humanos que não podem (de forma livre, inviolável, autônoma e digna) produzir, reproduzir ou desenvolver suas vidas em comunidade, que foram excluídos da participação na discussão democrática e que se encontram afetados por alguma situação de verdadeira morte existencial “que la mundanidad renueva continuamente”.

São estes, e não mais que estes, os que não deixam de criticar as concepções dogmáticas da justiça e que não ignoram os verdadeiros problemas humanos que existem em um espaço cego detrás de muitos modelos usuais de justiça que oferecem uma visão ajustada do que é uma injustiça, modelos que se aferram à crença infundada de que podemos conhecer e traçar uma definição estável e rígida sobre a igualdade e a desigualdade a partir de seus meros ditados formais.³⁰

³⁰ Dizia Richard Alexander que a principal força hostil da natureza para o ser humano é outro ser humano. Os conflitos de interesses estão onipresentes e os esforços competitivos dos outros membros de nossa espécie se converteram no traço mais caracteristicamente marcante de nosso panorama evolutivo. Em virtude de que todos temos as mesmas necessidades, os outros membros de nossa própria espécie são nossos mais temíveis competidores no que se refere a vivenda, emprego, companheiro sexual, comida, roupa, etc. Não obstante, ao mesmo tempo, são também nossa única fonte de assistência, amizade, ajuda, aprendizado, cuidado e proteção. Isto significa não somente que a qualidade de nossas relações sociais foi sempre vital para o bem estar material de nossa espécie, como a solução pacífica dos conflitos e a igualdade passaram a ser uma estratégia eficaz para evitar os altos custos sociais da competição e da desigualdade material. Essas considerações vão ao âmago mesmo dos dois tipos distintos de organização social encontrados entre os humanos e os primatas não hominídeos: o que se baseia no poder e domínio (“agônico”) e o que se baseia em uma cooperação mais igualitária (“hedônico”). Devido a que as sociedades de classes tem sido predominante ao largo da história da humanidade, temos a tendência a considerar como norma humana as formas agônicas de organização social. Isso passa por alto da evidência de que durante nossa pré-história como caçadores-recoletores – a maior parte da existência humana – vivemos em grupos hedônicos. Com efeito, os antropólogos qualificaram de “firmemente” igualitárias as sociedades modernas de caçadores-recoletores. Em uma análise de mais de um centenar de informes antropológicos

Para dizer em termos mais modestos e mais realistas, do que se trata é ensinar a saber ouvir a voz do outro e de abraçar uma igualdade que abranja fraternalmente a todos os indivíduos em condições de liberdade e autonomia plena, isto é, como verdadeiros cidadãos. É necessário, na teoria e práxis do cotidiano, que nos situemos no lugar do outro para reconhecer que cada um de nós não é mais que um ser entre outros, todos os quais têm desejos e necessidades que lhes importam, o mesmo que a nós nos importam nossas necessidades e desejos. Somente por essa via as vítimas sociais (“os pobres”, “os piores”, “os fracassados”, “os perdedores”, “o vulgar”...) terão a oportunidade para emancipar a si mesma em uma «sociedade decente» cujas instituições não devem humilhar às pessoas e cujos cidadãos não se humilham uns aos outros, uma sociedade que permite viver juntos sem humilhações, discriminações e com dignidade (A. Margalit). E posto que a igualdade meramente formal não é capaz de garantir a igualdade de todo aquele que tem rosto humano (J. G. Fichte), educar moralmente significa ajudar a extrair o melhor do ser humano para ver a desventura como uma injustiça e atuar em consequência; significa aprender que evitar, eliminar ou mitigar o sofrimento (presente e futuro) é a máxima, a norma moral absoluta, o imperativo categórico supremo, o cuidado definitivo.

Esta é a condição de possibilidade da igualdade: a ausência ou supressão da dependência, da indiferença e da exclusão social. Um compromisso (uma «práxis ética») que cabe a cada um de nós, no mais íntimo de nossa consciência moral de responsabilidade pessoal e solidariedade social. Ignorar esta responsabilidade nos deixa a mercê do azar insensível ou, o que é inclusive pior, dos parasitas exploradores

sobre vinte e quatro sociedades recentes de caçadores-recoletores estendidas ao largo do planeta, David Erdal e Andrew Whiten chegaram à conclusão de que estas sociedades se caracterizavam por um “igualitarismo, cooperação e reparto a uma escala sem precedentes na evolução dos primatas, de que não há hierarquia dominante entre os caçadores-recoletores..., e de que o igualitarismo é um universal intercultural que provém sem lugar a dúvidas da literatura etnográfica”. Provaram que nestas sociedades caracterizadas pelo igualitarismo, cooperação e reparto dos bens não se conhecia a violência. Que os homens podem manter-se com poucos recursos e felizes, sempre e quando vivam em uma sociedade na qual todos os que a compõe vivem com os mesmos recursos. Mas, à medida que aumentam as desigualdades, a qualidade do entorno social se deteriora: diminui a confiança, a participação na vida social descende e a violência aumenta. No mesmo sentido, Richard Wilkinson expôs que quanto maior seja o grau de desigualdade econômica entre os membros de uma sociedade, tanto mais menos violenta será esta. Em resumo, o igualitarismo das sociedades de caçadores-recoletores – recentes em termos evolutivos –, que marcou as pautas de nossa existência passada enquanto seres humanos “anatomicamente modernos”, deveria considerar-se como uma eficaz estratégia sócio-adaptativa que evitava os altos custos sociais da desigualdade.

travestidos das mais diversas pelagens: política, religiosa, moralista, relativista, etc... etc. Depois de tudo, o ser humano não é somente a única espécie capaz de coreografar de forma ativa o futuro que quer, senão que é o único animal vivente que está cognitivamente dotado da capacidade para poder superar a indiferença, remover o sofrimento inecessário e eliminar as desvantagens evitáveis.³¹

E não serve de nada fugir de toda essa tensão com a encantadora proclama de que queremos uma democracia com igualdade, ou de que a justiça pressupõe a igualdade, ou de que a igualdade pressupõe a liberdade, ou com qualquer outro *slogan* equivalente. O mundo não é um lugar simples (nem narrativamente nem, bem sabe Deus, eticamente) e a perspectiva de intentar fazer como se o fora é ridícula. A desigualdade como experiência fundamental é prévia a toda reflexão teórica e não precisa para expressar-se de um argumento analítico, de alguma concepção sistemática da justiça ou de qualquer discurso político. Mais bem é ao revés, pois todas nossas categorias normativas e, especialmente, as de caráter moral, jurídico, filosófico, social, econômico e político, provém da experiência e a sensação irada de repúdio ante o intolerável.

Daí que um professor (jurista ou filósofo) intelectualmente honrado, e que queira propugnar de verdade sua causa (quer dizer, honrado também na ação), tem que tomar-se em sério a tensão entre o absurdo da (dolorosamente triste e real) desigualdade e as teorias a que dá culto, elaborá-la como tal tensão, e não aventurar-se em liquidá-la através de ecléticas composições vazias de conteúdo ou, ponhamos o caso, por intermédio do expediente retórico de uma igualdade “materialmente justa” ou “substancial”, de alguma artimanha argumentativa que sirva de vaselina para meter até o fundo determinadas ideologias, de barreiras ou contorcionismos linguísticos injustificados que fragmentam e dissimulam a realidade das coisas, de proposições praticamente cósmicas ou de qualquer outro ponto de vista que escraviza a educação em uma forma de vida estéril³². Nenhuma destas posturas é divertida ou merece dignidade.

³¹ Me refiro, como não pode ser de outra maneira, ao sofrimento que afeta a seres humanos reais, indivíduos de carne e osso, cada um com seu nome e sua firma, com sua estrutura genética singular, com suas próprias emoções, necessidades e interesses, sua personalidade e caráter, sua forma particular de caminhar pelo mundo, de sorrir, mirar e sofrer, “uno más uno más uno más uno...” (J. Wark); «Tu, eu, miradas concretas». Reconheçamos: ninguém é «humano», «digno» e «igual» em abstrato. (Joseph de Maistre)

³² No livro *El forastero misterioso*, de Mark Twain, o protagonista, Theodor Fischer, resulta seriamente desiludido com a vida. Acompanhado por um anjo, curiosamente chamado

Os relatos, as ideias e as explicações da larga lista de «teorias vudus» matam o pensamento e, na mesma medida, enervam a ação.

Apenas falta dizer o óbvio. Que a “guerra sem quartel” entre as demandas da realidade, as ambições da ética e a voracidade da extrema desigualdade passa por buscar meios e/ou alternativas ao absurdo da vida, meios e/ou alternativas realistas e factíveis (aceitáveis e legítimas) que permitam a sociedade recuperar o controle democrático sobre as decisões sociais, políticas e econômicas, e aos indivíduos - a muitos, a milhões deles – recuperar o controle sobre suas próprias vidas, quero dizer, de viver de acordo com seus próprios planos de vida³³. E não estou dizendo que o fim justifique qualquer meio, senão que, eventualmente, o fim termina sendo definido e alcançado pelos meios que utilizamos.

De todo modo, não é fácil, não pode ser (definitivamente) fácil para um professor ensinar que a vida não é binária, que a realidade se resiste à distorção mental simples e que o mundo não é um «lugar de absolutos».

Satanás, Fischer vê o lado escuro da vida, e a aparente desesperança que enfrenta à toda a humanidade. Ao final da história, seu bom humor se restaura quando seu angelical companheiro lhe diz que a realidade - com todas suas provas e tribulações – não é mais que um pensamento em sua cabeça. "La vida misma es sólo una visión, un sueño", lhe diz Satanás. O efeito sobre Fischer foi imediato: "Una influencia sutil sopló sobre mi espíritu trayendo consigo una sensación vaga, tenue, pero bendita y esperanzadora de que las palabras increíbles puedan ser verdad - incluso tienen que ser verdad". É a este tipo demoníaco de professor (jurista ou filósofo) ao que me refiro.

³³ Isto implica, desde logo, o pressuposto (“inclusivista”) de que todos os indivíduos têm de contar por um, e nenhum por mais de um – o pressuposto que distingue a concepção de um genuíno republicanismo de suas variantes modernas -, e que incorpora já uma sorte de compromisso igualitário: significa que a comunidade política é requerida não somente para tratar os indivíduos como iguais ou como um fim em si mesmo, senão também para criar as condições necessárias e as possibilidades reais para que a anelada igualdade seja (efetivamente) levada a cabo na “vida vivida”, “no presente das coisas presentes”, para usar a expressão de Agostinho de Hipona.